ELETROS: ELEIÇÕES 2024

CONSELHO FISCAL

CHAPA 1

TITULAR

JUVENOR P. DA SILVA JR.

ROSANE BARBOZA DA SILVA

Graduado em Ciências (1986) e Matemática (1988) - CEUB, Especialização em Informática - ETUC/PUC-Bsb (1986) e MBA em Desenvolvimento Gerencial - IAG/PUC-Rio (2009). Certificado em diversos cursos técnicos na área de TI e Gestão Empresarial, destaca-se: Programa de Gestão Avançada (2010) - Amana-Key, Elaboração e Gerenciamento de Projetos (2010), - Professor Doutor Giovani Souza e Brain-Based Conversation Skills — Líder Coach (2019) - Consultoria Fellipelli.

Trabalhou no Setor Elétrico, desde 1983, atuando na área de TI, tendo destaque a atuação em provimento de recursos tecnológicos para a Supervisão e Controle da Operação Eletroenergética do Sistema Interligado Nacional (SIN). Esta atividade voltada à Operação do SIN foi iniciada na ELETROBRAS e posteriormente desenvolvida no Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

Durante os anos de 1995 a 1998 foi cedido pela ELETROBRAS ao Governo do Distrito Federal, onde atuou como Diretor de TI na Secretaria de Educação do DF e como Assessor da Presidência do Metrô – DF, tendo elaborado e implantado os Planos Diretores de Informática nestas duas empresas.

Retornando ao Setor Elétrico, exerceu cargos técnicos sêniores, sendo em 2007 convidado a atuar em atividades de gestão, tendo sido Assessor de Diretoria, Gerente e Gerente Executivo, encerrando as atividades em 11/2021.

Na Eletros foi duas vezes eleito para o Conselho Deliberativo, onde foi membro durante os anos de 2002 a 2011.

Atuou ainda como professor de matemática na Secretaria de Educação do DF, no período de 1987 a 1999.

Formada em Ciências Contábeis — UNIABEU-1984, Pós-Graduação em Administração Financeira — FGV- 2000, MBA Executivo — COPPEAD/UFRJ —

SUPLENTE

2011, Atualização em Previdência Complementar – IDS – 2018, Certificado pelo ICSS—Título de Profissional Certificada com Ênfase em Administração – validade: 2027, Certificado pelo IBGC para Conselheira Fiscal (CCF/IBGC) – validade: 2025.

Iniciou sua carreira profissional em 1983, na Superintendência Administrativa e Financeira do CEPEL-Centro de Pesquisas de Energia Elétrica. Gerenciou a Divisão Econômica e Financeira 2001-2009, e, posteriormente foi Chefe do Departamento Econômico e Financeiro do CEPEL 2010 - 2016.

Exerceu a função de Conselheira Fiscal da Fundação ELETROS (2008-2012) e do Conselho Fiscal da FUNCOGE (2011-2012).

Exerceu ainda, representante do CEPEL, na função de Conselheira Deliberativa da Fundação ELETROS (2014-2020). Atuei neste período como integrante dos Comitês: Comitê Estratégico de Tecnologia de Informação —CSTI e do Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria-CGRA.

Participou do Grupo de Trabalho do Conselho Deliberativo para análise e interação com a Diretoria Executiva referente aos Orçamentos da ELETROS e do Plano de Saúde da Eletros, facilitando assim, a avaliação por todo o Conselho Deliberativo da ELETROS.

Atualmente, é Conselheira Fiscal titular – eleita pelos (as) Beneficiários(as) da Eletros-Saúde-Associação de Assistência à Saúde, tendo a Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – Eletros, como Instituidora.

ELETROS: ELEIÇÕES 2024

CONSELHO FISCAL

CHAPA 1: JUVENOR E ROSANE

DIRETRIZES DE ATUAÇÃO:

Em sua atuação a CHAPA 1 tomará como base, além do estatuto da Eletros, os guias de melhores práticas¹ em governança, estabelecendo como compromisso, entre outros, o que segue:

- ✓ Acompanhar a avaliação e monitoramento dos Riscos da Fundação;
- ✓ Intensificar a fiscalização do sistema de controles internos, visando atestar, mediante fundamentação e documentação comprobatória, a eficácia dos mesmos em garantir a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações;
- ✓ Solicitar a participação em reuniões do CDE quando previstos assuntos sobre os quais o CFE deva opinar, como, por exemplo, a eficácia e fragilidades dos controles internos da Fundação, entre outros;
- ✓ Acompanhar as reuniões do CDE, da DEE e Comitês Internos por meio de cópias integrais das atas oficiais de todas as suas reuniões;
- ✓ Solicitar ao presidente do Conselho que estabeleça uma agenda de trabalho com assuntos de interesse comum entre o CDE e CFE, prevendo-se reuniões periódicas de acompanhamento;
- ✓ Apreciar a proposta da Política de Investimentos e monitorar sua execução e resultados;
- ✓ Assistir ao processo de contratação de auditorias e consultorias especializadas independentes, quando estas forem contratadas pelo CDE e/ou DEE, visando garantir que as prioridades do Conselho Fiscal, estabelecidas por seus membros, serão consideradas nas avaliações dos diversos pontos de natureza previdenciária, bem como se os controles internos são adequados e suficientes para permitir a elaboração de demonstrações financeiras e contábeis sem distorções relevantes;
- ✓ Monitorar os planos de ação elaborados para implantação de recomendações de melhoria dos controles internos e mitigação de riscos identificados;
- ✓ Intensificar a supervisão e controle dos indicadores de desempenho da gestão da Eletros;
- ✓ Acompanhar as metas estabelecidas e os indicadores aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- ✓ Verificar tempestivamente, o cumprimento das obrigações legais;
- ✓ Apreciar os planos de custeio de cada Plano Previdenciário, a proposta orçamentária do exercício e monitorar sua execução e as ações para controle de custos;
- ✓ Participar da definição dos requisitos formais para aprimoramento do canal de denúncia de forma a torná-lo efetivo e independente;
- ✓ No mínimo anualmente, promover reunião com os assistidos e participantes para comunicar fatos relevantes que foram foco das fiscalizações e supervisões realizadas pelo Conselho Fiscal na ELETROS.

¹ Guia de Melhores Práticas:

- Guia Previc Melhores Práticas de Governança para Entidades Fechadas de Previdência Complementar
- Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa)
- Governança nas EFPC Estrutura Mínima e Melhores Práticas ABRAPP